

1 Ata Completa da 66ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada por vídeo conferência, 2 em 25/05/2022.

Relação dos Membros do Plenário Presentes		
ENTIDADE	REPRESENTANTE	
Departamento de Águas e Energia Elétrica	Luís Henrique Gomes	
DAEE / BTG		
Departamento de Águas e Energia Elétrica	Lucíola Guimarães Ribeiro	
DAEE / BTG		
CDA	Maurício Rotundo	
CENTERED A A A A A A A A A A A A A A A A A A A		
CETESB – Agência Ambiental de Jales	Paulo Vitor Leite Penacchio	
Coordenadoria de Desenvolvimento Rural	Monalisa V.F. Ferreira	
Sustentável / Escritório de Desenvolvimento		
Rural - Jales		
SABESP – Unidade de Jales – SP	Melinna Gandolfi Fuzita	
Secretaria de Desenvolvimento Regional /	João Sabino Filho	
Subsecretaria de Convênios com Municípios		
Entidades Não Governamentais		
Secretaria de Estado da Saúde / Centro de	José Carlos Zambon	
Vigilância Sanitária / Grupo Vig. Sanit. Jales	Last Antonia Castana	
Secretaria de Estado da Saúde / Centro de	José Antonio Caetano	
Vigilância Sanitária / Grupo Vig. Sanit. Jales Secretaria de Agricultura e Abastecimento /	Jamil Atihe Junior	
Coordenadoria de Defesa Agropecuária	Janni Atme Junioi	
(CDA)/Escritório de Defesa Agropecuária de		
Jales		
Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Ana Carolina de Souza Francisco	
Secretaria da Fazenda e Planejamento / Del.	Evandro Careno	
Regional Tributária / Posto Fiscal Jales		
SIMA – Subsecretaria do Meio Ambiente /	Juliana Zacharias	



COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade	
(CFB) / Núcleo Regional de Programas e	
Projetos 2 / Araçatuba	
Secretaria de Estado da Educação – Diretoria	Francisco de Assis Leonel Teixeira
de Ensino da Região de Jales	
Instituto de Pesca	Marcos Aureliano Silva Cerqueira
Prefeitura Municipal de Dirce Reis	Roberto Carlos Visoná
Prefeitura Municipal de Jales	Sandra de Lima Gigante
Prefeitura Municipal de Neves Paulista	Célio Rodrigues
Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista	Paulo Henrique Oliveira
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	Evandro Farias Mura
Prefeitura Municipal de São Francisco	Reginaldo Ponce
Prefeitura Municipal de São João das Duas Pontes	José Edemir Gianotto
	Mauro Pires
Prefeitura Municipal de Santa Salete	
Prefeitura Municipal de Sebastianópolis do Sul	Letícia Salvioni
Prefeitura Municipal de Suzanápolis	Ricardo Rodrigues
Prefeitura Municipal de Três Fronteiras	Luiz Fernando Mazali
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e	Nilton Zenhiti Suetugo
Agrônomos da Região de Jales (AERJ)	
Associação Paulista de Extensão Rural	Gilberto José Batista Pelinson
(APAER)	
Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da	Neli Antônia Meneghini Nogueira
Região de Jales	
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e	Rafael Luiz Salerno Pinto
Agrônomos da Região de Votuporanga	
(SEARVO)	
APRUPO – Associação de Produtores Rurais de	Alessandro Nunes Ferreira
Pontalinda	



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da	Neli Antonia Meneghini Nogueira
Região de Jales	
IAF – Instituto Ambiente em Foco	Leonardo José de Souza da Cruz
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio	Jefferson Nascimento de Oliveira
de Mesquita Filho" (Câmpus de Ilha Solteira)	
UDOP	Weslei Brito Barroquela
Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Emerson Ronaldo Assí

3

Relação dos Convidados Presentes:	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
DAEE / BTG	Márcia Regina Brunca Garcia
DAEE / BTG	Maria Cecília de Andrade
DAEE / BTG	Wendel Edson Silva
DAEE / BTG	Antonio Roberto de Jesus
DAEE / BTG	Fábio Francisco Mota de Sousa
DAEE / BTG	Elenir Marabeis Freire
DAEE / BTG	Thiago Amaro
DAEE / Jales	Eliana Cristina Mariano Nogarini
DAEE / Jales	Luís Ricardo de Toledo Barbieri
Multivias Comunicação	Maria Paula
PROFIÁGUA	Lívia Cristina Sabatini Rossi
Prefeitura Municipal de São Francisco	Aldair Macedo dos Santos
SAAE Ambiental – Santa Fé do Sul	José André do Nascimento
SAEE Ambiental – Santa Fé do Sul	Lígia Martins Alves Felipe
Associação Instituto Cultural Janela Aberta	Giovana Negro
Associação Instituto Cultural Janela Aberta	Gabriela Rahal de Rezende

12

1 - Abertura: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano de 2022, através de vídeo conferência, às 14h: 00 min., a Engenheira Lucíola Guimarães Ribeiro, Secretária Executiva Adjunta do CBH-SJD, faz uso da palavra: "Boa tarde a todos, o Estatuto do CBH-SJD reza que a 1ª chamada se dará com a presença de 50% + um dos membros com direito a voto, o que daria 21 membros, no momento estamos com 9 (nove) membros, então a gente vai fazer a 2ª chamada às 14:30 horas, ok? Às 14:30 horas, o Sr. Presidente do CBH-SJD e Prefeito de Santa Fé do Sul, Evandro Farias Mura faz uso da palavra: "Boa tarde a todos, sejam todos muito bem vindos à Estância Turística de Santa Fé do Sul, para participarem da 66ª Reunião Ordinária do CBH-SJD. A reunião irá acontecer em formato híbrido, nós temos aqui as participações presenciais dos que estão aqui nos acompanhando e também a participação de alguns membros por meio de vídeo conferência, como nós temos aqui no telão ao fundo.

13 14 A todos que nos acompanham também por vídeo conferência, sejam todos bem vindos à reunião. A



16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63 64

65

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Coordenação dessa videoconferência está sendo realizada pela Secretaria Executiva do CBH-SJD e para o bom andamento dos trabalhos, os membros e os convidados deverão seguir as seguintes orientações: Quando um membro entrar na reunião deverá digitar no chat o seu nome e da entidade que representa; Quando um convidado entrar na reunião deverá digitar no chat o seu nome e a entidade que representa, seguido do termo "convidado"; Para solicitar participação oral, o membro deverá solicitar por mensagem de texto, por meio do chat disponível na plataforma de videoconferência, inserindo o seu nome e o da entidade que representa. Para a aprovação das deliberações, informamos que elas serão submetidas à apreciação dos membros com direito a voto e será aberta a discussão para posteriormente ser colocada em votação. Para a votação, os favoráveis deverão permanecer como estão, os contrários e abstenções devem se manifestar solicitando a palavra por chat da reunião colocando o seu nome e o da entidade que representa. Essas são as orientações iniciais para começarmos e eu passo agora a palavra para o Secretário Executivo Luís Henrique Gomes para o discurso de abertura." Luís Henrique Gomes, Diretor do DAEE de São José do Rio Preto e Secretário Executivo do CBH-SJD: "Boa tarde a todos os presentes aqui, da Prefeitura, o pessoal da internet, gostaria de agradecer a presença de todos, agradecer a hospitalidade do prefeito ao nos receber aqui, nos ceder esse espaço para a reunião, me apresentar, eu assumi recentemente a Diretoria de Bacia do Turvo Grande e São José dos Dourados, e também a Secretaria Executiva deste Comitê. Eu acredito que teremos uma reunião bem produtiva, dada a pauta que vai ser tratada, agradeço novamente e retorno a palavra ao Prefeito Evandro." Sr. Presidente: "Antes, só acrescenta aqui que é um prazer receber todos aqui na nossa Estância Turística, aqui no Paço Municipal, e obrigado por escolherem Santa Fé do Sul para sediar esse encontro de forma híbrida mas com vários participantes de forma presencial, para nós é um prazer e uma satisfação receber todos vocês, principalmente aqueles que nos visitam. É sempre uma satisfação, sejam todos muito bem vindos, agradecemos mais uma vez a presenca de todos e damos as boas vindas a todos os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, a todas as autoridades que acompanham também e aos convidados. Nesse momento declaro aberta a 66ª Reunião Ordinária do CBH-SJD com a presença de 18 membros. O Estatuto do CBH-SJD descreve que a 1ª chamada será com a presença de 50% mais um do total de votos do Comitê, presença mínima de 21 membros votantes; decorridos 30 minutos da 1ª, a 2ª chamada com no mínimo 1/3 do total de votos, presença mínima de 13 votantes. Então, indo agora para o 2º item da pauta, a 2 – Leitura e aprovação das Atas Executiva e Completa da 65ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD, a ata já foi disponibilizada para que todos tenham conhecimento, e neste momento passamos para a aprovação das Atas Executiva e Completa da 65ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD. Solicitamos a dispensa da leitura das atas considerando que as Minutas das mesmas foram encaminhadas a vocês e disponibilizadas no site do Comitê em 17/05/2022. Fica aberta para manifestações sobre estas atas, caso alguém queira. Colocando em votação, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, aprovadas as Atas Executiva e Completa da 65ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD. Para dar prosseguimento à reunião, eu convido novamente o Luís, nosso Secretário Executivo, para fazer os procedimentos seguintes e peço licença também para me ausentar e chamo aqui para continuar representando o nosso Município o Superintendente do SAAE Ambiental de Santa Fé do Sul, o Engenheiro José André Nascimento, por favor, tome aqui o seu lugar." 3 – Informes da Secretaria Executiva: Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo do CBH-SJD com a palavra: "Passemos agora para o item 3 da Pauta, antes disso eu só queria agradecer a presença aqui ao meu lado, do José André, profissional fantástico aqui do SAAE. - Informes da Secretaria Executiva: O CBH-SJD participou de uma Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio de videoconferência em 28/04/2022. Teve como pauta: A apreciação das Deliberações CRH, que constitui o Grupo de Trabalho para acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei Federal nº 4546/2021; que estabelece diretrizes para o reuso direto não potável de água proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) de sistemas públicos para fins urbanos e dá outras providências; que aprova a auto avaliação do Estado de São Paulo referente ao alcance das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, referentes ao 2º período de Certificação (2021) do 2º ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas — PROGESTÃO e dá outras providências, que Atualiza a Programação do CAPACITA-SIGRH para o Período 2022, que Referenda o Plano de



67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Trabalho 2022 e o Relatório de Atividades 2021 do CRH, em atendimento às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, e outros assuntos. Gostaríamos de fazer uma divulgação das redes sociais do comitê, onde estamos atualizando sempre as informações referentes aos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê e informações voltadas aos recursos hídricos. Para quem possuir informações nessa temática pode enviar para o e-mail do comitê comitesid@gmail.com que vamos divulgar. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico está com inscrições abertas para diversos cursos gratuitos de Capacitação para a Gestão das Águas. Mais informações serão enviadas por e-mail e também podem ser encontradas nas redes sociais da ANA @anagovbr e também em nossas redes sociais - no Facebook e no Instagram como @comtesjd. O Capacita SIGRH, também vai abrir novos cursos e nós vamos divulgar via e-mail para os membros. Estamos atualizando o Plano de Bacia da UGRHI-18, teremos uma rodada de reuniões para apreciação e contribuições do PROGNÓSTICO, Reunião do Segmento Indústria xx/07/2022 ; Segmento Agropecuária xx/07/2022 ; Segmento Saneamento xx/07/2022....todas vão ocorrer as xx horas – enviaremos o convite com o link da reunião para o e-mail dos membros. Está sendo realizada a Elaboração do Plano de Educação Ambiental na UGRHI-18, cuja empresa tomadora é a Associação Instituto Cultural Janela Aberta, convido a Coordenadora do projeto, Gabriela Rahal de Rezende para fazer uma breve apresentação." Gabriela Rahal de Rezende, da Associação Instituto Cultural Janela Aberta com a palavra: "Eu agradeço essa oportunidade da gente fazer uma breve apresentação como informe mesmo para o Comitê do que está acontecendo no desenvolvimento do Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, então a idéia hoje é a gente fazer um pequeno informe para que toda a plenária possa ficar a par do desenvolvimento desse empreendimento. Então eu convido a Giovana, que está me auxiliando na apresentação para passar os próximos slides. Então, como foi comentado, esse é um projeto que há muito tempo a Câmara Técnica de Educação Ambiental vem esperando para ser realizado e a gente o trouxe aqui hoje porquê, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental é um processo participativo, que envolve tanto os indivíduos como a coletividade, na construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Então a proposta, desde o início, tanto da Câmara Técnica como da instituição tomadora é executar esse Plano de uma forma participativa, integrada com a realidade da Bacia e o objetivo é trazer subsídios para a Câmara Técnica de Educação Ambiental da Bacia do São José dos Dourados e instrumentalizar os tomadores que vão elaborar projetos dentro dessa temática. Esse projeto vem de uma demanda da Câmara Técnica de Educação Ambiental porque existem poucos projetos de educação ambiental sendo elaborados nos últimos anos. Então a idéia é que esse Plano venha a nortear esses projetos e facilitar para os tomadores, além de engajar novas pessoas para poder inscrever projetos nessa área. Só para contextualizar, esse projeto foi aprovado na Deliberação CBH-SJD nº 219/2020, e a instituição tomadora é a Associação Instituto Cultural Janela Aberta. O projeto teve início em 22/12/2021, para quem não conhece o "Janela Aberta", é uma instituição que não está na Bacia do São José dos Dourados, mas que já desenvolve diversos projetos de educação ambiental, então é uma "organização social sem fins lucrativos" com sede em São Carlos - SP, mas que atua em diversas bacias, como a do Tietê Jacaré e Mogi. É uma instituição que tem uma ampla abordagem, mas o seu objetivo principal é democratizar o acesso à produção, à formação e à pesquisa nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, direitos humanos, saúde, esporte e lazer e trabalho. A instituição está sendo um instrumento para a execução desse projeto, foram contratadas algumas empresas, empresas técnicas na área de consultoria ambiental e de educação ambiental, que eu vou apresentar no final, e o objetivo desse Plano é fornecer um apoio para o Comitê de Bacia do Rio São José dos Dourados, em especial à Câmara Técnica, relacionando o direcionamento da política de financiamento dos projetos de educação ambiental na Bacia. A proposta é fazer isso de uma forma participativa através de um planejamento ambiental participativo, a fim de disseminar as políticas do Comitê e instrumentalizar como o Comitê e os tomadores de recursos no cenário de educação ambiental. A gente não vai apresentar todo o Plano de Trabalho, hoje é só um informe, mas só comentar que esse é um projeto que vai ser desenvolvido num período de 14 meses, que já vem sendo desenvolvido, a Meta 1 que é a elaboração do Plano de Trabalho já foi finalizada, e agora está na sua



118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158 159

160

161

162

163

164

165

166

167

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Meta 2, Elaboração do Diagnóstico, que conta uma parte de inventário de dados primários e secundários para a produção do Diagnóstico, depois na Meta 3 a produção do Diagnóstico, isso vai ser feito de uma forma participativa, que eu vou apresentar aqui para vocês, através de fórum, um em cada sub-bacia, e por fim esse projeto vai concluir com a produção de uma cartilha desse Plano e a apresentação novamente dele, tanto em audiência pública como nas câmaras técnicas e na plenária. Na Câmara Técnica de Educação Ambiental e aqui na plenária. Aqui por último eu só vou trazer para vocês as atividades que dependem de participação, o objetivo da gente é apresentar aqui hoje essa proposta e envolver todos os membros da plenária bem como os demais convidados que possam estar aqui na reunião de hoje para se mobilizarem e auxiliarem na elaboração desse Plano que é tão importante para a CT-EA, para o Comitê e para todo o território da Bacia. Aqui essa primeira etapa, até a Giovana já colocou no chat um formulário, a gente vai passar esse formulário também por e-mail para todos que preencheram a lista de presença. Como eu comentei, a gente está nessa etapa de levantamento de dados, então estamos finalizando uma parte de levantamento de informações já existentes, com os dados do atual Plano de Bacia, do Relatório de Situação, outras fontes como o IBGE, o Zoneamento Ecológico Econômico, SABESP, enfim, diversas fontes de informações que já existem. Mas a gente precisa complementar essas informações com informações locais de cada município. Às vezes a gente não encontra algum plano no site da prefeitura, alguma informação que vai ser de suma importância para esse diagnóstico inicial que vai dar base para a construção do Plano. Então, o que a gente pede é o auxílio dos membros, dos convidados, para que se cadastrem preenchendo esse questionário que a gente está colocando aqui no chat, que vai ser o nosso cadastramento inicial dos gestores, a gente já tem esses contatos mas a gente precisa atualizar alguns contatos, buscar outros atores de educação ambiental, além dos gestores, às vezes existem outros atores e organizações que trabalham com educação ambiental nos seus municípios e vocês podem nos auxiliar passando esses contatos. Então a gente tem um primeiro questionário para poder fazer esse cadastramento e atualização dos contatos de atores e interlocutores na Bacia e depois vai ter um segundo momento que a gente está adiantando aqui para vocês, porque a gente vai entrar em contato, para levantar algumas dessas informações ambientais que a gente não encontrou sobre o município e também um levantamento de projetos e ações de educação ambiental já existentes. Então, vão ter dois questionários que a gente vai preencher, tanto enviando para vocês como também entrando em contato, fazendo ligações, por isso que a gente pede esse cadastro inicial, para nos auxiliar a encontrar os gestores, os interlocutores e atores que possam nos apoiar na elaboração e no levantamento desses dados. Isso vai acontecer agora nos próximos meses, então entre esse mês e o próximo mês de junho, a gente vai entrar em contato com vocês, então é importante vocês estarem sabendo do desenvolvimento desse Plano, a gente vai enviar também por e-mail a Carta de Apresentação, que conta o projeto de uma forma um pouco mais detalhada. E agora a próxima atividade, também como a título de informe, que a elaboração do Plano vai desenvolver, serão os fóruns. Então, vão ser feitos seis fóruns, um por sub-bacia, isso já na etapa de Prognóstico. Então finalizando o Diagnóstico, já no mês de agosto e setembro vão acontecer os fóruns, na etapa de Prognóstico, então tendo o Diagnóstico na mão, entendendo e contextualizando os principais problemas ambientais da Bacia na perspectiva da educação ambiental, a gente vai promover esses fóruns, que serão presenciais, um em cada sub-bacia, e a gente conta com o auxílio tanto dos gestores como dos atores de educação ambiental dos municípios, tanto para organizar esses fóruns, para divulgar e depois para participar desses fóruns. Vão ser fóruns participativos, que a gente está preparando de uma maneira bem especial, para que possam haver debates, oficinas, para que a gente possa sair com soluções integradas para cada região, e que possam realmente trazer boas soluções para problemas ambientais através da educação ambiental. A terceira etapa que a gente vai precisar de participação são os fóruns. E a última etapa vai ser a parte da audiência pública, porque na última etapa do projeto, no início do ano que vem, nós vamos apresentar esses resultados em uma audiência pública, e aí também a gente conta com a participação dos membros, dos gestores e dos atores de educação ambiental para participarem dessa audiência, divulgarem, e como produto final de tudo isso, a gente espera ter o Plano finalizado com diretrizes, princípios e objetivos da educação ambiental na Bacia do Rio São José dos Dourados, algo bem integrado à realidade, a gente também espera mobilizar diversos atores de educação ambiental na Bacia. Então, a gente espera que esse

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

projeto não seja um Plano que fique apenas arquivado, mas que realmente possa trazer uma mobilização na Bacia para que outros atores comecem a escrever projetos e captar recurso FEHIDRO para a educação ambiental. A gente inclusive foi convidada para fazer parte desse Plano por ter já uma certa experiência com projetos FEHIDRO, então a nossa idéia é que no final tenhamos uma cartilha educativa bem didática e bem fácil para orientar os tomadores de projetos. A idéia é que muitas pessoas possam estar elaborando Projetos FEHIDRO, que a educação ambiental possa estar acontecendo de uma forma mais ativa dentro da Câmara Técnica de Educação Ambiental, com projetos, não só a Câmara Técnica fazendo, a Câmara Técnica já faz bastantes coisas, mobiliza bastante gente, mas que a gente possa também com esse Plano mobilizar outros atores para somar forças e elaborar projetos com financiamento do FEHIDRO. E por fim a gente tem o Relatório Técnico Final, e apresentação novamente para a Câmara Técnica e para o Comitê do Rio São José dos Dourados. Acho que era basicamente isso, a gente não quer tomar muito tempo, esse é o mapa que a gente recentemente produziu para poder trabalhar nas oficinas, então a gente espera poder contar com a participação de vocês, eu vou colar aqui novamente o formulário no chat, mas também a gente vai enviar para todos que preencheram a lista de presença, tanto a Carta de Apresentação como esse formulário para vocês se cadastrarem e isso vai facilitar para a gente o acesso a cada um que possa estar disponível a colaborar com o Plano de Educação Ambiental. Então eu falo aqui em nome de toda essa equipe técnica, que envolve engenheiros ambientais, biólogos, especialistas em educação ambiental, estagiários, produtores e designers gráficos que estão nos auxiliando na produção de material educativo. Eu agradeço muito a atenção de vocês e espero que em breve a gente se encontre, hoje a gente não pôde estar aí presencialmente mas em breve, no próximo semestre, a gente vai estar com esses fóruns em cada município e a gente espera poder fazer um bom encontro com vocês. "Muito obrigada Lucíola, muito obrigada a todos os membros do Comitê e retorno a palavra para vocês." Luís Henrique Gomes retoma o uso da palavra: "À Gabriela e à Giovana que a ajudou na apresentação, a todos os profissionais envolvidos aí na elaboração desse Plano de Educação Ambiental, essa apresentação de vocês foi muito esclarecedora, quem teve o prazer de acompanhar vocês agora passou a entender bem dessa questão, desse Plano de Educação Ambiental, muito obrigado pela participação, e como você disse, em breve estarão aqui na nossa região nos ajudando mais presencialmente, muito obrigado. Dando continuidade à nossa pauta, passamos agora ao item 4 -Deliberações: 4.1 - Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 249/2021 de 14/12/2021, que "Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021, com base em indicadores dos recursos hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UGRHI-18) Ano Base 2020"; Eu convido a Engenheira Eliana para apresentar essa Deliberação." Eliana Cristina Mariano Nogarini, Engenheira do DAEE de Jales: "Boa tarde a todos, para quem ainda não me conhece, então o meu nome é Eliana, eu faço parte da Secretaria Executiva do Comitê do São José dos Dourados e sou Engenheira Ambiental. Todos os anos nós participamos da elaboração desse Relatório de Situação, juntamente com as câmaras técnicas, porque é um trabalho em conjunto com a participação de todos e essa primeira Deliberação da reunião de hoje, a 249/2021, na verdade é uma "Ad Referendum", porque esse Relatório de Situação era uma tarefa do Comitê que nós já tínhamos que tê-lo enviado, então ele foi aprovado pelas câmaras técnicas numa reunião conjunta em 18/11/2021, e agora, por ser uma Deliberação "Ad Referendum", nós a estamos colocando aqui na plenária para discussão e aprovação. Como esse Relatório foi entregue no final do ano passado, os dados sempre são referentes ao ano anterior, ou seja, todos os anos, faz-se a coleta de todos os dados de demanda hídrica, de disponibilidade hídrica, de saneamento básico, da bacia hidrográfica total, ou seja, dos 25 municípios que compõem a nossa Bacia, e no próximo ano a gente faz então esse relatório com a análise de todos esses dados que compõem o nosso Relatório de Situação. O objetivo do Relatório de Situação é avaliar a eficácia do Plano de Bacia. Todos os Comitês de Bacia ou UGRHI, que no caso a nossa UGRHI é a 18, têm como tarefa estabelecida pelo CRH (Conselho de Recursos Hídricos), a elaboração de um Plano de Bacia que na verdade tem que ser atualizado periodicamente e no nosso é uma tarefa agora que ele vai ser atualizado. O Relatório de Situação faz a análise se as metas e objetivos que foram estabelecidos naquele Plano de Bacia estão sendo cumpridos ou não. Por exemplo, vocês acabaram de ver a Gabriela apresentando, que para fazer o Plano de Educação Ambiental faz-se



220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230231

232

233

234

235

236

237238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

necessário um Diagnóstico, um Prognóstico e um Plano de Ações para melhorar a educação ambiental. No caso do Plano de Bacia, é a mesma coisa, só que não somente o tema educação ambiental, mas todos os temas que afetam de forma direta ou indireta os recursos hídricos de uma bacia hidrográfica. Então, ele vai responder basicamente quais as atividades nessa Bacia que estão impactando as nossas águas? E o que está sendo prejudicado com essas atividades? E quais as medidas ou respostas que estão sendo tomadas para evitar esse dano ambiental? Então o objetivo do Relatório de Situação nada mais é do que isso, responder a basicamente todas essas perguntas. Nesse mapa vocês estão vendo qual é a localização, aqui abaixo, na parte inferior em roxo, é a UGRHI-18, que é o Comitê São José dos Dourados, e aqui mostra então a nossa UGRHI no Estado de São Paulo e no Brasil, onde é a posição. Ela tem então basicamente 25 municípios que têm sede na nossa UGRHI, e temos mais outros municípios, que são esses aqui à direita, que têm uma parte da sua área na nossa UGRHI mas que a sede pertence a outra UGRHI. Por exemplo, Jales: metade de Jales faz parte da UGRHI São José dos Dourados e a outra metade faz parte do Turvo Grande. Santa Fé do Sul está totalmente inserida no São José dos Dourados. Essas são as características gerais e que a gente considera importante na UGRHI-18, então o total de habitantes é de 228.574 e 9,8% desses habitantes são moradores da zona rural. O restante mora na zona urbana. Nós temos uma vazão média, (vazão média é a disponibilidade hídrica de água considerando um grande período de tempo baseado em séries históricas, estudos hidrológicos), de 51 m³ / segundo e a vazão mínima, que é a Q⁷ 10, a vazão mínima num período de 7 dias consecutivos dentro de um período de retorno de 10 anos, é de 12 m³ / segundo. Vale aqui lembrar que o DAEE, para fazer a outorga dos pedidos de demanda superficial, outorga até 50% da Q⁷ 10. Então daí a importância de se conhecer qual é a disponibilidade hídrica superficial, então aqui eu não estou falando de água subterrânea, em cada ponto, em cada região. De acordo com o nível de chuva, de acordo com o grau de permeabilidade do solo, o tipo de vegetação, em cada área nós temos uma disponibilidade diferente. Isso tem que ser calculado. E de reserva explotável que a gente está se referindo aos aquíferos, água subterrânea, nós temos 4 m³ / segundo. Se vocês observarem, ela é bem menor do que essa vazão disponível que a gente tem superficial. Na verdade esse valor é apenas estimado, porque essa vazão conhecida não se refere ao Aquífero Guarani, que por ser bem mais profundo, nós não temos um conhecimento exato da disponibilidade hídrica dele. Na verdade, acreditamos que subterraneamente nós temos mais água do que superficialmente. A prova disso é que quando nós entramos em períodos de estiagem, vocês podem ver que as lagoas, os lagos, secam muito mais rápido do que um poço que vem de uma reserva subterrânea. No Relatório de Situação então nós temos a análise de disponibilidade, demanda e balanço, saneamento, qualidade das águas, gestão e avaliação dos Planos de Aplicação/ Planos de Investimentos (PA/PI) 2020/2023. Aqui eu vou falar de forma muito resumida, senão nós iríamos ficar até amanhã para apresentar todo o Relatório, mas o Relatório inteiro está disponível no site do Comitê que o Luís já divulgou, também no site do SIGRH e também qualquer dúvida, qualquer divergência, qualquer coisa que vocês não concordem, vocês podem entrar em contato com a gente, que estamos à disposição porque esse Relatório é feito anualmente. Sobre disponibilidade, demanda e balanço: o CRH nos dá uma lista de classificação para de acordo com a disponibilidade, de acordo com os dados, a gente classificar em 'bom', 'regular' ou 'ruim', então o "verde" ali é bom, o "amarelo" é regular e o "vermelho" é ruim. Para fazer o cálculo da disponibilidade hídrica, disponibilidade média que eu mostrei para vocês no quadro anterior, que é de 51 m³/segundo, soma-se com a reserva explotável dos aquíferos que é de mais 4 m³/ segundo, pega esse valor e divide pelo número de habitantes que temos numa UGRHI e aí calcula quanto tem de água por habitante. No caso se você tiver mais que 2.500 m³ / habitante / ano, já é considerada uma situação "boa". Então esses são os parâmetros a serem considerados. Na UGRHI São dos Dourados, vocês podem ver aqui que a gente tem um período de 2016 a 2020. Nos 4 anos nós temos uma bolinha verde na frente, o que significa que a nossa disponibilidade hídrica está classificada como "boa", ou seja, em 2020 nós tivemos 7.024,04 m³ / habitante / ano. Tinha que ter no mínimo 2.500, então é considerado que a gente está com uma disponibilidade hídrica excelente, mas lembrando aqui que nem todo uso da água está corretamente outorgado. Então nós estamos falando aqui de usos que são cadastrados, estamos falando também de uma demanda conhecida baseada em dados de 2006. Uma coisa que é muito discutida nas nossas câmaras técnicas é que a gente tem que fazer uma atualização dos nossos estudos



271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

sobre disponibilidade hídrica, porque na verdade essa nossa disponibilidade a gente acredita que está sendo superfaturada. Ela não é tudo isso, os dados tinham que ser mais reais. Mas infelizmente a gente tem que trabalhar com os dados que temos. Demanda das águas: então aqui nós falamos sobre o tanto que a gente tem. Nesse gráfico nós temos essa parte azul escura e azul mais clara dividindo então quais os usos que a gente tem de água de fonte subterrânea e de fonte superficial. A gente observa aqui que as outorgas de água superficial são muito maiores que as de água subterrânea. E na prática a gente pode ver que agricultores usam muito mais água subterrânea porque todo mundo tem poço, mas nem todo mundo tem uma captação superficial. Então isso representa, no nosso entender, que falta aí uma ação corretiva para atualização também das outorgas, e a importância dessas outorgas não é para fazer o agricultor gastar com outorga e sim para a gente poder fazer um estudo adequado para ver o que pode ou não ser usado em cada região. No gráfico de baixo é representado por tipos de uso. Em azul é para abastecimento público, e aí a gente tem aqui dividido para cada um e de acordo com os anos. Esses mapas também representam os pontos de captação de acordo com o uso, então nesse mapa superior à esquerda de vocês, são os pontos onde tem captação para abastecimento público, à direita abastecimento rural, embaixo à esquerda indústria e depois soluções alternativas. Esses são os pontos de captação de água de outorgas da União, ou seja, se a outorga é de um poço, a responsabilidade é do Estado, aqui no Estado de São Paulo é o DAEE, se é um córrego, se é um rio, que ele está apenas dentro de um Estado, a outorga também é de responsabilidade do DAEE. Mas se é um rio que tem um reservatório para recursos hídricos ou se ele faz divisa de dois Estados, a responsabilidade da outorga desse rio é da ANA -Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Então o Rio Paraná que está aqui pertinho da gente, as outorgas quem concede não é o DAEE e sim a ANA, e esse mapa aqui mostra quais são as outorgas da ANA. Balanço: eu apresentei para vocês qual é a disponibilidade que a gente tem, quais são os usos e qual o balanço em cima disso. Nós temos uma classificação que se a vazão outorgada total em relação à vazão mínima for menor que 2,5 %, é ótima. Se ela for entre 2,5 % e 15%, ela é boa, e assim vai mudando. Esse quadro representa as diferentes vazões, nós temos aqui a vazão média, a vazão Q^{7 10}, a vazão outorgada em razão á Qmédia, e temos também a vazão subterrânea. Todo o período de 2016 a 2020 está classificado como 'verde'. Como eu falei, analisando os nossos dados, a gente tem que ter uma certa cautela, não achar que a gente pode usar a água à vontade porque está tudo bem, na verdade a gente precisa rever esses dados, então foram classificados como uma situação boa. Apenas as reservas subterrâneas que no período de 2019/2020 entraram numa situação regular, por isso que está em amarelo, ou seja, em 2016 50% da vazão explotável estava sendo outorgada, e em 2020 foi 30,2 %, mas aí considerando que nós não conhecemos essa reserva explotável real subterrânea. Saneamento: essa tabela mostra então todos os municípios da UGRHI-18 e as concessões em cada cidade das formas de saneamento. Por exemplo, Aparecida D'Oeste é SABESP e nós temos apenas Ilha Solteira, Neves Paulista, Santa Fé do Sul, São João de Iracema e Suzanápolis que não são SABESP. O resto são todas concessionadas à SABESP e na frente vocês podem observar o tipo de concessão, se é subterrânea, superficial e temos algumas cidades, como exemplo Monte Aprazível que tem subterrânea e superficial. Isso que eu estou falando é para abastecimento público, não estou falando de irrigação ou outro uso pessoal. Em termos de índice de atendimento de água, no período de 2015 a 2019, a nossa situação também foi classificada como boa, por isso que temos esses pontos em verde. Então, se o índice de atendimento de água foi maior que 95%, já é classificado como bom. E o nosso último índice em 2019 estava como 99,7%, então diferentemente, por exemplo, de cidades do Nordeste e de algumas favelas, a gente tem uma situação realmente confortável nesse sentido, em que 99% das pessoas da nossa UGRHI tem sim água na sua torneira. Pode haver alguns problemas pontuais, que é normal, mas de forma geral é classificada como boa. A única cidade que não estava numa situação maior que 95% classificada como boa é Neves Paulista, que estava como 93%, mas mesmo assim não é um valor tão ruim e São João de Iracema, como também não é SABESP, a gente não teve informações. Cada município fornece essas informações para o SNIS, que repassa para a gente e também nós não tivemos esses dados. Esgotamento sanitário: também o CRH oferece para a gente uma tabela de parâmetros para que a gente compare. Então, para que a situação de coleta de esgoto, para não falar efluente doméstico, para que a situação seja boa, no mínimo 90% de todo o esgoto da UGRHI tem que ser coletado para ser considerado como boa, e

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368 369

370

371

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

para ele ser tratado também tem que ser maior que 90% e a redução da carga orgânica poluidora, tem que ser maior que 80%, ou seja, ou a SABESP ou a concessionária então do município tem que coletar esse esgoto das residências. Mas não basta só coletar, tem que também tratá-lo, porque se coletar e lançar diretamente em qualquer córrego, não vai adiantar nada, só vai estar afastando a poluição do seu município e aquela poluição vai voltar para você. Então, tem que coletar, tem que tratar, e para tratar de forma adequada, um dos parâmetros analisados é a carga de DBO: faz-se uma análise de quanto se tem de DBO na entrada, depois coleta-se uma outra amostra, para ver quanto tem de DBO na saída, e tem que ser retirado desse efluente ou esgoto, no mínimo 80 %. Então, se você tiver um tratamento em que a sua lagoa estiver com muito lodo no fundo, o volume útil dela vai diminuir, ela vai ficar menor e aí o tempo de retenção daquele efluente ali dentro vai ser menor, conclusão, o efeito não vai ser o mesmo, a eficiência desse sistema de tratamento vai diminuindo, assim como a questão do lodo, dos tratamentos, a quantidade de cloro colocada, o sistema de gradeamento, então tem que ter um acompanhamento e manutenção de todas as lagoas de tratamento de cada município, para que essa quantidade de DBO seja retirada o máximo possível. Então essa é a situação de esgotamento sanitário na UGRHI, salientando para vocês que esses valores são uma média da UGRHI total. Se vocês forem no Relatório de Situação, nós temos cidade a cidade com a sua classificação, qual está adequada e qual não está. Então, de esgoto coletado, toda a nossa UGRHI, de 2016 a 2020, está classificada como "verde", apenas 2018 que estava em "amarelo", e de esgoto tratado a gente observa que os valores são iguais aos de esgoto coletado, ou seja, todo o esgoto que é coletado na nossa UGRHI é tratado, ninguém está fazendo a dispersão desse esgoto sem tratamento. E de esgoto reduzido, que é aquela quantidade de DBO que eu acabei de falar, já está numa situação regular desde 2016. Na verdade nós aqui estamos analisando de 2016 a 2020, mas na realidade faz muitos anos que está na situação de "amarelo", que é uma situação regular, isso porque a quantidade de DBO que está sendo retirada não está atingindo o mínimo de 80% e isso mostra a necessidade de se investir na nossa região na eficiência, na reforma, no melhoramento do tratamento de esgoto. Daí a importância do Relatório de Situação. Ele aponta onde estão os problemas na nossa UGRHI, e no que se pode investir no próximo ano. A hora que a gente for pegar as nossas metas do Plano de Bacia, vai ver que a Deliberação de projetos que as prefeituras vão pedir o que é essencial ou não. Então nessa questão de tratamento de esgoto a gente vê que estamos numa situação regular. Esse mapa mostra o indicador de coleta e tratabilidade de esgoto da população urbana dos municípios, então mostra aqui que nós temos Suzanápolis com problema, Neves Paulista, São João de Iracema e São Francisco. São os municípios que não estão numa situação adequada. Resíduos sólidos: dispôs-se em terreno enquadrado como adequado, todos os municípios, em todos os anos nós também estamos numa classificação boa, lembrando que esse índice avalia apenas resíduos domiciliares, os de limpeza pública e os de estabelecimentos comerciais. Aqui não entram os resíduos da zona rural que também nós do Comitê, na Câmara Técnica Rural, temos discutido muito isso, sobre o que pode ser feito, até conversei agora mesmo com a Monalisa, do que a gente pode fazer para melhorar essa questão dos resíduos de saneamento na zona rural, porque a gente não tem parâmetros do quanto é produzido de lixo, o que é feito com esse lixo, para onde é encaminhado, a gente percebe que tem muitos produtores e moradores da zona rural que têm conhecimento, têm consciência mas não são todos, inclusive tem pessoas da zona urbana que vão lá dispor lixo na zona rural, o que é revoltante. Essa é a cobertura de drenagem urbana, ou seja, onde tem galerias. Vocês podem ver que a maioria aqui tem menos de 50% de cobertura de drenagem urbana na nossa UGRHI. Não tem nenhum aqui que tenha mais de 90%, é por isso que todo ano no nosso Comitê, uma das prioridades é investimento em galerias, porque nessa questão de drenagem urbana nós ainda estamos numa situação crítica. A gente espera ainda ver esse mapa numa situação bem melhor, porque todos os anos tem investimento para isso. Graças a Deus a gente não tem uma cobertura de drenagem muito boa, mas risco de inundação a gente também não tem muito, então essas áreas em cinza são as que a gente não tem informação, e as áreas em "verde", os municípios, são as regiões em que o risco é menor que 5%, isso acontece porque a maioria das nossas cidades são pequenas, a gente ainda tem muita vegetação, ou seja, a gente ainda tem terra para receber essa água, para ela infiltrar, mas a gente sabe que o crescimento populacional está aí, então até quando esse mapa vai estar nessa situação, até quando nosso risco de inundação vai estar pequeno, porque o que a gente observa é



373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385 386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

que cada vez que em uma cidade tem um loteamento novo em um determinado lugar, você pode ver que o ponto mais à jusante daquilo ali começa a inundar, mesmo nas cidades pequenas. Qualidade das águas superficiais: infelizmente esse Relatório de Situação é baseado nos dados de 2020, que foi o ano em que começou a pandemia. Nós temos seis pontos de monitoramento, que é o índice de qualidade da água (IQA) da nossa UGRHI. Era necessário muito mais do que isso. Desses seis pontos, apenas de um ponto nós tivemos os dados. Foi por causa da pandemia mesmo, onde foi naquele ano em que faltou funcionário, muita gente ficou doente, muita gente não podia sair para trabalhar, então nós estamos com uma defasagem de análise de dados, justamente nesse período por causa da pandemia. Águas subterrâneas a mesma coisa, não tivemos dados. Gestão: atuação do Colegiado no ano de 2020, nós tivemos duas reuniões on-line, foram as primeiras reuniões, nós entramos numa fase de adaptação em que muitas pessoas, muitos membros que tinham mais idade, tiveram muita dificuldade, mas mesmo assim nós tivemos duas plenárias, e teve uma média de participação de 41% onde conseguimos aprovar 14 deliberações. Tivemos sete reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PLA), três reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), uma reunião da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN), uma reunião da Câmara Técnica de Gerenciamento pelo Uso e Conservação dos Recursos Hídricos no Meio Rural (CT-Rural) e nenhuma reunião do Grupo Técnico de Estudos da Cobrança da Água porque não foi necessário. Sobre os empreendimentos de 2020, nós tivemos um total de R\$ 641.113,00 distribuídos em 2020 no PDC 1.2 e no PDC 5.1 também foi um valor menor. Então saliento para voces que essa é apenas uma apresentação resumida para voces terem uma noção do que é o Relatório de Situação, da sua importância e para voces saberem que ele está disponível no site do Comitê, e que essa Deliberação aprova esse Relatório e eu passo a palavra para o Engenheiro Luís Henrique, para colocar em discussão e votação. Obrigada pela atenção." Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo do CBH-SJD com a palavra: "Eu gostaria de agradecer à Eliana por essa apresentação bem sucinta, em termos, porque o Plano é muito extenso, vamos colocar em discussão essa Deliberação CBH-SJD nº 249/2021, só para refrescar a mente do pessoal que a recebeu já, ela delibera o seguinte: "Artigo 1º : Fica aprovado o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos com base em indicadores Ano Base 2020 na Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados - UGRHI-18. Artigo 2º: Fica aprovada a atualização do PA/PI 2020/2023do CBH-SJD que está inserido do Relatório de Situação." São esses dois artigos da Deliberação. Inicio colocando em discussão, se alguém quiser usar a palavra, está à disposição. Nenhuma manifestação, coloco a Deliberação para aprovação, os que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, se for o caso, não havendo contrariedade, a Deliberação CBH-SJD nº 249/2021 de 14/12/2021 está aprovada. O próximo item da nossa reunião, item 4, sub item 'b', 4.2 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 250/2021 de 14/12/2021, que "Fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO/2022"; " Convido a Engenheira Lucíola para fazer a apresentação da Deliberação." Lucíola Guimarães Ribeiro, Secretária Executiva Adjunta: "Boa tarde, sou Lucíola, participo aí do Comitê do São José dos Dourados, atualmente estou na Secretaria Executiva como Secretária Adjunta, provavelmente essa será a minha última reunião com o pessoal, em agosto eu saio de Licença Maternidade, e queria então agradecer a presença de todos e eu vou falar de forma bem sucinta, porque a pauta está um pouco extensa e esses assuntos, a maioria das deliberações foram "Ad Referendum" então a gente acabou discutindo muito dentro das câmaras técnicas e da Diretoria. Essa Deliberação aqui é uma deliberação inicial, depois a gente acabou fazendo uma outra, porque houve um aumento do prazo aí e a Coordenadoria lançou uma Deliberação que estendia esses prazos e agente acabou estendendo também. A gente ficou até o protocolo (09/02) pelo SIGAM, agora a gente só usa a plataforma do SIGAM, que é tudo on-line, não temos mais o protocolo impresso, até o dia 11/02 a verificação da documentação administrativa que é feita pela Secretaria Executiva, nesse dia solicitamos as complementações necessárias, 24/02 a análise e pontuação da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PLA), 25/02 a solicitação das complementações técnicas necessárias, 21/03 protocolo no SIGAM das complementações administrativas, 28/03 análise e pontuação também pela Câmara Técnica, 29/03 a divulgação e foi dado um prazo até o dia 05/04 para complementação, 11/04 novamente análise pela Câmara Técnica dos recursos, até dia 13/04 Reunião da Diretora, dia 20/04 a análise proposta e dia



424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457 458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

29/04 Reunião Ordinária. Na verdade, voces vão ver que mais para a frente a gente acabou alterando essa proposta de prazos, porque a nossa reunião foi adiantada, esse 29/04 na verdade veio aqui para até o dia 30/05 que é hoje que está acontecendo essa reunião (?). seria isso, obrigada." Luís Henrique Gomes com a palavra: "Agradeço à Lucíola pela apresentação sobre a Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 250/2021 de 14/12/2021. Conforme o protocolo, eu coloco em discussão, não havendo quem se manifeste, coloco em aprovação, não havendo manifestação contrária, a Deliberação está aprovada. Próximo item da pauta, item 4, sub item "c", 4.3 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 251/2021 de 14/12/2021, que "Aprova Diretrizes e Critérios para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO – Compensação Financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, destinados à UGRHI-18, referente ao ano de 2022"; retorno a palavra à Lucíola para a apresentação desta Deliberação." Lucíola Guimarães Ribeiro, Secretária Executiva Adjunta: "Essa Deliberação é aquela de praxe, que a Câmara Técnica sempre trabalha nela antes de abrir um prazo para protocolo de projetos, então a gente realizou trabalhos conjuntos, Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, Educação Ambiental, de Saneamento, Uso e Conservação do Solo, em 18/11/2021, depois passou para uma Reunião de Diretoria em 14/12/2021, e ela só fala da forma de apresentar o projeto, como se fazem as análises, diretrizes gerais, período de protocolo, local, data de entrega, aqui também aquela questão que os protocolos são todos feitos no SIGAM, valores, percentuais, distribuição, a gente fala aqui também sobre a questão da contrapartida, como funciona para a administração direta, percentual que se tem que dar no valor mínimo por municípios, aqui 50.000 habitantes mínimo 2%, de 50.000 a 200.000 habitantes 5%, que é o que temos aqui na nossa UGRHI; aqui fala também sobre análise, como é feita pela Câmara Técnica toda essa avaliação, dos critérios de desempate o que se utiliza, aqui no item 1: proposta para apresentar, quem apresentou o maior percentual de contrapartida, se empatar com outro projeto ele sai na frente, ou proposta com o menor número de complementações, e se persistir a gente acaba chegando a um consenso dentro da Câmara Técnica para discutir o próximo critério, e aqui a gente fala sobre os anexos: o Anexo I é um check-list de documentos a serem apresentados, tanto para municípios e entidades municipais, o que precisa em cada documento administrativo e documento técnico, são divididos sempre assim, aqui no Anexo II órgãos e entidades estaduais, aqui no Anexo III entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos, cada anexo é para um tipo de entidade. O Anexo IV é para usuários de recursos hídricos com finalidades lucrativas. Aqui (Anexo V) geralmente é o que a gente segue, que é a questão de prioridades, são ações do Programa de Investimento, PA/PI 2022, que geralmente é feito para 4 anos, ele foi atualizado no último Relatório de Situação que a Eliana acabou de apresentar, foi feito para 4 anos e a gente sempre vai atualizando todo ano, se for necessário, dentro do Relatório de Situação, de acordo com as demandas, porque a gente escolhe aqui as demandas mas nem sempre são todas contempladas. Aqui tem demanda para disponibilidade, sistema de drenagem, prevenção de processos erosivos, a gente sempre coloca a meta do quadriênio, ação, área de abrangência, nome da área de abrangência, prioridades, isso tudo é retirado do nosso..., tanto do Relatório de Situação que aponta os problemas que os municípios e entidades têm, e que vêm também do Plano de Bacia, PDC e o valor de onde é retirado da fonte de recursos, que é estudo de cobrança, sistema de esgotamento, sistema de resíduos, controle de perdas e capacitação técnica. Aqui é a planilha (Anexo VI), que a gente faz análise dentro da Câmara Técnica para se ter uma noção de como é feita a pontuação, aqui a declaração (Anexo VII), aqui a estrutura mínima do pleito (Anexo VIII), aqui a definição de ganho ambiental, quem apresenta ganha uma pontuação (Anexo IX), a anuência quando necessário (Anexo XI), no Anexo XII a declaração de passivos ambientais e seria isso, essa seria a nossa Deliberação que a gente acaba utilizando para análise de projetos do ano de 2022. "Fico à disposição se alguém tiver alguma dúvida." Luís Henrique Gomes novamente com a palavra: "Não havendo manifestação, antes de colocar em aprovação essa Deliberação, eu saliento que essa é uma deliberação importantíssima para o nosso Comitê, para o pessoal que pleiteia esses recursos, boa parte do tempo os recursos não são aproveitados em função de não se seguirem essas regras, não apresentarem bons projetos e projetos enquadrados nessa Deliberação. Então, às vezes não é por falta de recursos e sim por um desconhecimento, uma perda de prazo e tudo o mais, então existe o recurso para isso e existe também informação passada pelo Comitê, então é apenas o pessoal que trabalha com isso se interessar pelo assunto, ler sobre essa questão, entrar



475

476

477

478

479

480

481 482 483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506 507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

em contato com o Comitê para tirar dúvidas, e com certeza esses recursos serão bem melhor empregados. Coloco em aprovação a Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 251/2021 de 14/12/2021, os favoráveis permaneçam como estão, quem quiser se manifestar contra fique à vontade, não havendo manifestação contrária, a Deliberação está aprovada. Próximo item de pauta, item 4, sub item "d", 4.4 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 252/2021 de 14/12/2021, que "Dispõe sobre a análise e manifestação técnica referente aos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA, para a implantação do Contorno **Ferroviário de São José do Rio Preto** – **SP"**; retorno a palavra para a Lucíola para discorrer sobre essa Deliberação." Lucíola Guimarães Ribeiro: "Foi enviado um ofício pela CETESB para análise e manifestação do Comitê a respeito desse Estudo de Impacto Ambiental e desse Relatório, referente à implantação do Contorno Ferroviário em São José do Rio Preto, só que ele pega o Município de Mirassol, que tem uma área dentro do CBH-SJD. Eles pediram manifestação da UGRHI-15, Turvo Grande, da UGRHI-18 São José dos Dourados e da UGRHI-19 Baixo Tietê. Essa malha passa em todos esses comitês. Foi feita uma apresentação em formato on-line no dia 04/11/2021, foi uma reunião conjunta SJD/Turvo Grande, a empresa apresentou todo esse Relatório, ficou disponível para as câmaras técnicas e membros do Comitê para fazer essa análise, e depois aconteceu também uma reunião conjunta das câmaras técnicas do Comitê, e uma Reunião de Diretoria dia 14/12/2021 e, analisados todos esses Relatórios, depois a apresentação, a Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, de acordo com as análises apresentadas se manifestou favoravelmente à implantação do Contorno Ferroviário em São José do Rio Preto, assim como a Diretoria e nessa reunião que aconteceu com os membros também e na verdade é só para deixar de forma oficial que foi passado esse assunto no Comitê. "Se voces tiverem alguma dúvida, fico à disposição." Luís Henrique Gomes: "Não havendo manifestação, segundo o protocolo, coloco em aprovação a Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 252/2021 de 14/12/2021, não havendo manifestação em contrário, a Deliberação fica aprovada, só lembrando também que essa implantação do Contorno Ferroviário de São José do Rio Preto passou pelo DAEE, com as respectivas outorgas das travessias sobre os cursos d'agua que ela atinge no nosso município, e as outorgas das travessias já foram aprovadas. As Portarias já estão em vigência. Próximo item da lista, item 4, sub item "e", 4.5 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 253/2022 de 04/02/2022, que "Revoga a Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 250/2021 de 14/12/2021 e fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO/2022"; Passo então a palavra à Lucíola para esclarecimentos sobre essa Deliberação." Lucíola: "Na verdade aquela primeira Deliberação (250/2021) que eu apresentei sobre os prazos e as datas, ela acabou sendo revogada por causa de dilação de prazo, então passou a valer essa Deliberação, que a gente conseguiu chegar aqui até o mês de maio para fazer a análise das propostas, então aumentou aí questão de um mês. Então foi até 15/02 prazo para protocolo, até 16/02 verificação da Secretaria Executiva dos documentos administrativos e no próprio dia 16 encaminhou-se o pedido de complementações, teve até o dia 23/02 para encaminhar as complementações administrativas para análise, até o dia 04/03 reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação para análise e pontuação desses projetos, fazer a verificação da análise técnica, até 07/03 a Secretaria Executiva enviou o pedido das complementações necessárias, até o dia 04/04, então aqui deu praticamente um mês para envio das complementações solicitadas pela Câmara Técnica, até dia 13/04 novamente a análise e avaliação pela Câmara Técnica, 14/04 a divulgação no site do Comitê e do SIGRH e até dia 29/04 prazo para quem quisesse entrar com recurso. Até 06/05 novamente análise, se houvesse recursos, dia 13/05 Reunião de Diretoria, 16/05 análise novamente das propostas que foram inseridas no site e até 31/05 reunião ordinária que na verdade está acontecendo hoje dia 25/05. "Seria isso." Luís Henrique Gomes: "Agradeço à Lucíola sobre essa questão dessa Deliberação "Ad Referendum" que revoga a anterior em razão da extensão de prazo para a apresentação dos projetos ao FEHIDRO. Gostaria de comunicar que pelo chat a CETESB não conseguiu se manifestar, então ela pediu abstenção com relação à Deliberação CBH-SJD nº 252/2021, que dispõe sobre a implantação do Contorno Ferroviário de São José do Rio Preto, está registrada a abstenção da CETESB. Próximo item de pauta, no mesmo espírito da Deliberação anterior, trago a 4.6 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 254/2022 de 04/02/2022, que



526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

"Altera o Artigo 3º da Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 251/2021 de 14/12/2021, que "Aprova diretrizes e critérios para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO – Compensação Financeira pelo uso dos recursos hídricos, destinados à UGRHI-18, referente ao ano de 2022"; Retorno a palavra à Lucíola para os esclarecimentos." Lucíola: "Aqui, por conta daquela deliberação de prazos, constava na Deliberação de critérios 251/2021, um item que seguia aquela Deliberação, então na verdade a gente só alterou esse prazo aqui: "Ficam estabelecidas as datas e horários para os proponentes tomadores efetuarem o protocolo de solicitação de financiamento para o ano de exercício 2022, da seguinte forma: 'Até às 23h59min do dia 15/02/2022 no SIGAM http:www.sigam.ambiente.sp.gov.br/." Lá falava do dia 09/02, então só por conta dessa alteração de data, a gente fez essa Deliberação para ficar de forma correta para quem pegar e ver que a apresentação está de acordo com ela, seria somente isso. "Passo a palavra para o Luís." Luís Henrique Gomes: "Obrigado Lucíola, próximo item sub item "g", 4.7 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 255/2022 de 17/03/2022, que "Aprova o Relatório Anual de Atividades de 2021 e o Plano de Trabalho de 2022 do CBH-SJD"; Retorno a palavra à Lucíola para as explicações." Lucíola: "Essa Deliberação é um item que tem que atender ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, que os comitês paulistas aderiram ao contrato com a ANA no ano de 2019, e para isso a gente precisa aprovar esse Relatório Anual de Atividades e o Plano de Trabalho. Na verdade a gente faz em cima das atividades que a gente já desenvolvia, só deixou isso claro no papel, que seria aqui, o Relatório Anual de Atividades: participação em eventos no 4º trimestre, capacitação de projetos FEHIDRO que se faz geralmente no 1º trimestre, capacitação realizada em parceria com a ANA, o CAPACITASIGRH, que sempre tem no 2°, no 4°, geralmente tem no ano inteiro, 1° ao 4° trimestres, ações de educação ambiental, que nós começamos em dezembro do ano passado a desenvolver o nosso Plano, então tivemos bastantes reuniões voltadas para essa questão, atualização de conteúdo do website e redes sociais do Comitê, a gente faz isso durante todo o ano, consolidação e manutenção da base de dados, também a gente deixa atualizada as informações, tanto no site do Comitê, Pro Comitês, redes sociais, SIGRH, o ano inteiro, elaboração do Relatório de Situação, geralmente se entrega no segundo trimestre, mas por conta da pandemia houve atraso das informações então a gente tem feito ele no quarto trimestre reuniões plenárias, de grupos técnicos a gente também faz no ano inteiro, revisão de deliberação e de indicadores a gente trabalha o ano inteiro. E aqui o Plano de Trabalho para 2022: continua praticamente a mesma coisa. Participação em eventos, capacitação de projetos FEHIDRO, capacitação no âmbito de membros do Comitê junto à ANA, SIGRH e outros, ações de educação ambiental, atualização de conteúdo do website, consolidação e manutenção de base de dados, elaboração do Relatório de Situação, reuniões plenárias e de câmaras técnicas, revisão de deliberação continua o mesmo item, o Plano de trabalho a gente seguiu igual o do ano passado, e o Relatório de Atividades a gente coloca aqui na frente como foi feita essa ação. "Passo a palavra para o Luís." Luís Henrique Gomes: "Em discussão, em aprovação, sem manifestação contrária, aprovada. Caminhando para as últimas três deliberações da nossa pauta de hoje, passo para o item 4, sub item "h", 4.8 Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 256/2022 de 28/04/2022, que "Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados para o Exercício de 2022, Anexos I, II e III, referente aos valores arrecadados no Exercício 2021"; Novamente passo a palavra para a Lucíola para as suas explanações." Lucíola: "Uma correção, Luís, a Maria Cecília de Andrade, Engenheira do DAEE é que vai fazer a apresentação, que ela é do Setor de Cobrança e que ajuda a gente a elaborar esse Plano de Aplicação." Luís: "Pois não, então convido a Maria Cecília, que irá explanar sobre o Plano de Aplicação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos da Bacia do São dos Dourados." Maria Cecília de Andrade, Engenheira do DAEE, com a palavra: "Boa tarde a todos, vocês me ouvem?." Lucíola: "Só um momentinho que tem umas correções, eu vou colocar no formato aberto para a gente corrigir. Todos estão conseguindo ver?" Maria Cecília: "Consigo, Lu. Boa tarde a todos, eu sou Maria Cecília, Engenheira do Departamento de Águas e Energia Elétrica e trabalho aqui no Setor de Cobranca. Eu vou falar um pouquinho sobre a Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 256/2022 de 28/04/2022, que "Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados para o Exercício de 2022, Anexos I, II e III,



577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612 613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

referente aos valores arrecadados no Exercício 2021" Essa Deliberação e o Plano de Aplicação da Cobrança é uma exigência da Coordenadoria de Recursos Hídricos, nós seguimos um modelo desse Plano que é disponibilizado no próprio site do SIGRH e é uma exigência porquê, o que a gente faz nele? A gente trabalha sempre com uma previsão anual. A previsão que a gente tem para o ano de 2022 que a Lei Orçamentária e vamos também fazendo os ajustes do que a gente conseguiu receber em 2021, o que a gente teve de despesa bancária, o que entrou de rendimentos com os recursos, e também com os projetos que a gente já aplicou para poder chegar no valor dos recursos da cobrança que nós vamos poder disponibilizar para investimento do SJD no ano de 2022. A Lu está fazendo algumas correções, essa Deliberação foi feita "Ad Referendum" porque nós temos um prazo para aprovação dela que é até o final de abril de cada ano, isso está no Artigo 1º da Deliberação COFEHIDRO nº 213. Como a gente não tinha como fazer uma plenária anterior a essa em abril, só para o Plano de Aplicação, e a gente estava também, como passou, não é mais só o Banco do Brasil que está trabalhando com a questão bancária, e sim também o Desenvolve SP, nós tivemos que esperar todos os extratos de contas para montar esse Plano. Essas planilhas são fixas, a gente só insere os dados, e eu vou tentar descrever o mais rápido possível para vocês. As correções que a Lucíola fez foram referentes a ano que acabou passando, está no quarto 'considerando', a questão do exercício que é 2022 e o valor. Lu, o exercício mesmo, esse 2022 é o de baixo, no 'considerando' de cima você pode deixar, é 2021 mesmo, esse mantém, aqui 2022 R\$ 750.000,00, depois 2022 no sexto 'considerando', no Artigo 1º tem só uma correçãozinha, dentro dos parênteses, aqui no Plano de Aplicação também, 2022, essa é a correção do texto. As planilhas estão com as informações ok, o Anexo I então, o que a gente começa, sempre a gente faz o Plano olhando para esse ano, a nossa previsão de arrecadação é de R\$ 750.000,00 que é o item 1. O item 2, Ajuste da Receita (Ano Anterior), é um balanço que a gente faz da previsão que a gente fez no Plano de Aplicação do ano passado do quanto iria receber, o quanto recebeu. O item 3, Despesas de Custeio, a gente segue o Anexo II, o limite de despesa de custeio é de até 10% do valor previsto de arrecadação, nós vamos trabalhar com despesas de custeio de até R\$ 75.000,00, a previsão das despesas são custos operacionais da Secretaria Executiva, baseados no histórico que a gente já tem de anos, de gastos e então nós fizemos a adequação para cá para esses itens. Item 4, Ajustes do Exercício Anterior e Previsões para o Exercício Atual: ela é uma planilha que se preenche praticamente sozinha, nós trabalhamos juntamente com o Plano que a gente fez no ano passado, aprovamos também aí no Comitê, com a previsão de rendimentos, as taxas que a gente disponibiliza já para a administração de Agente Financeiro, a taxa também de administração do Agente Financeiro, de liberação dos Agentes Técnicos, comissão de Agente Técnico também para análise de cada projeto que é pleiteado, que é liberado pelo Comitê, os Agentes Técnicos também recebem uma taxa para fazer essa análise. O item 5, Apuração Parcial da Disponibilidade para Investimento: ele vem trazendo o que foi gasto e o que a gente tinha previsto e o que foi gasto em 2021 e o item 6 já para a nossa realidade das despesas que a gente vai ter para investimento desse ano mesmo. Então, a gente vê aqui que no item 6.7.1 o valor disponibilizado no Plano de Aplicação da Cobrança no ano anterior, era R\$ 600.680,70. O item 6.7.2 traz o Anexo III dessa Deliberação que são os dois projetos que o Comitê aprovou para o uso de recursos da cobrança, R\$ 340.000,00, e aí eles fazem essa compensação e a gente chega num valor estimativo, a Lu está mostrando o Anexo III já, só os dois projetos da cobrança, e aí voltando então para o nosso Plano, a apuração final de disponibilidade para investimento desse ano é R\$ 628.361,96. Essa é a previsão que a gente tem para investir em obras mesmo, para que o Comitê possa deliberar para o ano de 2022 com os recursos oriundos da cobranca. "Eu me coloco à disposição, se alguém tiver alguma dúvida." Luís Henrique Gomes retoma a palavra: "Obrigado Cecília pela apresentação dessas planilhas do recurso da cobrança, coloco em discussão o assunto, não havendo manifestação coloco para aprovação, quem for favorável permaneça como está, os contrários se manifestem, não havendo manifestação, está aprovada a Deliberação "Ad Referendum" CBH-SJD nº 256/2022 de 28/04/2022. Próximo item da pauta, penúltimo item da nossa reunião, 4.9 Deliberação CBH-SJD nº 257/2022 de 25/05/2022, "Indica prioridades de investimento FEHIDRO/2022"; Peço à Lucíola para dar os esclarecimentos sobre o assunto." Lucíola: "Depois de toda aquela análise realizada pela Câmara Técnica seguindo a deliberação de prazos, de critérios, a gente então faz a indicação de prioridades de investimentos, considerando as deliberações, os prazos da



629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646 647

648

649

650

651 652

653

654

655

656

657

658

659

660 661

662

663

664

665

666

667 668

669

670

671 672

673

674

675

676

677

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Coordenadoria, considerando o recurso disponível, ficou da seguinte forma: 'Prioriza para recebimento dos recursos financeiros do orçamento/2022 referentes à Compensação Financeira relacionada abaixo: tomador FUNDAG, empreendimento "Capacitação dos produtores rurais quanto à importância dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental na UGRHI-18", valor R\$ 150.000,00, (de acordo com a Deliberação de critérios o valor mínimo é R\$ 150.000,00) e ficaram então inabilitados os empreendimentos relacionados abaixo: Prefeitura de Pontalinda, "galerias de águas pluviais", não chegaram a concluir dentro do prazo a inserção de documentos técnicos e administrativos; Prefeitura de Suzanápolis, "revisão e atualização dos estudos, projetos de micro e macrodrenagem do município", R\$ 195.999,54 valor FEHIDRO, inabilitado por não tender o Artigo 6º da Deliberação "Ad Referendum" nº 251/2021, que foram as solicitações das complementações feitas pela CT-PLA enviadas para análise, elas não foram enviadas. Tanto esse projeto quanto o de sistema de implantação de galeria de águas pluviais no valor de R\$ 200.000,00; Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista, "controle de macrodrenagem em vias urbanas, execução de galerias de águas pluviais no Município de Nova Canaã Paulista", valor R\$ 181.061,06 FEHIDRO, R\$ 20.167,66 Contrapartida, Valor Global R\$ 201.178,82. Foi inabilitada, não atendeu à Deliberação, algumas solicitações da Câmara Técnica, foi enviado um recurso que foi indeferido pela CT-PLA; Artigo 3°: Em conformidade com o MPO em vigência, os dados e informações gerados em estudos, projetos, financiados com recursos FEHIDRO deverão sempre serem disponibilizados, o produto final dos estudos, relatórios deverão ser protocolados junto à Secretaria Executiva em meio digital e impresso, Parágrafo II: os tomadores deverão, sempre que houver interesse e viabilidade, apresentar os resultados em reuniões técnicas promovidas pelo Comitê. "Passo a palavra para o Luís." Luís Henrique: "Ponho em discussão essa Deliberação relativa a indicadores de prioridades para investimentos do FEHIDRO/2022, quem quiser se manifestar, fique à vontade, tem a palavra. Não havendo manifestação, coloco em aprovação, os favoráveis permaneçam como estão, aprovada essa Deliberação que passa a ter o número 257/2022. Passamos agora para o último item da nossa pauta, item 4, sub item "j", 4.10 Deliberação CBH-SJD nº 258/2022 de 25/05/2022, "Dispõe sobre a fixação de prazos para apresentação de propostas de projeto de demanda induzida da Operacionalização da Sala de Situação da UGRHI-18, visando a distribuição dos recursos do CFURH - FEHIDRO/2022"; Retorno a palavra à Lucíola para sua manifestação sobre o assunto." Lucíola Guimarães Ribeiro, Secretária Executiva Adjunta CBH-SJD, com a palavra: "Como a gente apresentou agora a deliberação que indica prioridades, só foi então aprovado o valor de R\$ 150.000,00, sobrando então fonte de recurso, que o Luís citou o CFURH e após uma discussão, uma análise da Câmara Técnica, chegou-se a um consenso: nós temos para o ano que vem uma demanda que é uma operacionalização de sala de situação e aí, como tem esse prazo para a 2ª chamada, a Câmara Técnica entendeu que seria, para essa 2ª chamada, interessante a gente trazer essa demanda do ano que vem, porque é uma demanda que demora, e que consta no Plano Estadual de Recursos Hídricos, então todos os comitês vão ter de alguma forma essa sala de situação implantada, funcionando com essas informações necessária mínimas que eles têm no roteiro do Anexo II, e para isso conversou-se dentro da Câmara Técnica e criou-se então essa proposta de deliberação com esse edital, falando desse PDC, que é o PDC 2, 'rede de monitoramento e sistema de informação sobre recursos hídricos', a meta é estruturar uma sala de situação visando o monitoramento de eventos extremos, sistema de suporte e decisão, e esta é uma ação que está no nosso Plano de Bacia, está no PA/PI, então seria somente na verdade trazer essa ação do ano que vem para esse ano. E a gente sabe que acaba sendo um processo mais moroso, demorado, acaba não saindo no ano, até sair contrato, toda essa questão é demorada. Criou-se esse edital que fala do objeto, que é o tomador operacionalizar essa sala de situação na UGRHI-18, o valor da proposta é o valor máximo de R\$ 851.310,10, local, data/hora para recebimento das propostas, que é tudo pelo SIGAM, até às 23h59min do dia 30/06/2022, as propostas serão analisadas pela CT-PLA até 19/08/2022, incluindo prazos para solicitação, análise técnica, administrativa e recurso, a condição de participação, procedimento e julgamento como será feito, prazo de vigência desse contrato 24 meses, as exposições gerais e esse seria o Anexo I e tem disponível também o Anexo II, que foi realizado junto à Coordenadoria e aos órgãos do Estado de São Paulo que mexem com essa questão de disponibilização e instalação de sala de situação, um sumário com as informações do que deve conter nessa sala de



COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

situação, o mínimo dos produtos que serão disponibilizados, que a gente tem 45 páginas, falando que esse é o Programa de Desenvolvimento de Políticas de Recursos Hídricos, e aqui descreve essa questão de como a gente distribuiu lá até 2023 para todas as UGRHIs terem essa sala de situação e descreve nesse item então como que funcionaria. Seria um anexo também para quem for encaminhar propostas, seguir isso daqui. "Seria isso, Luís." Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo CBH-SJD: "Não havendo manifestação, coloco a nossa última deliberação para aprovação, os que estão de acordo permaneçam como estão, aprovada a Deliberação CBH-SJD nº 258/2022 de 25/05/2022. Passo agora para o item de pauta 5 – Outros Assuntos: Nesse caso eu abro ao plenário e ao pessoal on-line para manifestações que interessarem em fazer. 6 - Encerramento: Não havendo o interesse em manifestação, passemos ao encerramento dessa reunião, já agradecendo aos presentes aqui na Prefeitura de Santa Fé do Sul, ao pessoal on-line, agradecer aqui a todos que contribuíram para o sucesso dessa reunião, que teve uma pauta extensa, tratamos de diversos assuntos aqui, aprovamos diversos assuntos, e para um retorno de uma reunião nessa forma híbrida, acredito que a nossa reunião de hoje foi muito profícua, foi um sucesso, agradeço a todos os presentes e conclamo a todos que voltem a participar das reuniões, é muito bom nós termos esse "cara a cara' aqui com vocês da região, com todos que puderem comparecer, os que não puderem, manteremos ainda a questão híbrida mas é muito bom a gente estar aqui com todo mundo, conversar sobre diversos assuntos, fora os que são tratados aqui, e reforcar sim essa nossa fraternidade aqui. Agradeço ao Prefeito Evandro Mura na pessoa do José André, pessoa fantástica que sempre nos recebe bem aqui no Município, e dou como encerrada a 66ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, muito obrigado a todos. Essa Ata foi redigida na íntegra e vai assinada pelo Secretário Executivo, pela Secretária Executiva Adjunta e pelo Presidente do CBH-SJD.

699 700 701

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687 688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

705

Evandro Farias MuraPresidente do CBH-SJD

Luís Henrique Gomes Secretário Executivo CBH-SJD

Lucíola Guimarães Ribeiro Secretária Executiva Adjunta CBH-SJD

17